



FORMAÇÃO INTEGRAL NA EPT: PENSANDO A EDUCAÇÃO MIDIÁTICA NO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

COMPREHENSIVE TRAINING IN EPT: THINKING ABOUT MEDIA EDUCATION IN THE FLEXIBLE ACCUMULATION REGIME

¹ Acássia Delié Mendonça Alves, Ifal, acassia.delie@ifal.edu.br;

² Ana Paula Santos de Melo Fiori, Ifal, ana.fiori@ifal.edu.br;

¹ Autora;

² Coautora.

Resumo

O capitalismo contemporâneo faz uma transição do regime fordista para o regime de acumulação flexível, marcado pela cultura pós-moderna. A revolução digital-molecular mudou as relações de trabalho e as relações interpessoais, agora mediadas por avançadas tecnologias digitais. Nesse contexto, se desenvolveram as fake news e a indústria da desinformação, com motivações comerciais e ideológicas, favorecendo discursos ultraconservadores. Ações de combate à desinformação são desenvolvidas nos âmbitos do direito, da comunicação e da educação. A BNCC contempla Educação Midiática nos novos currículos do Ensino Médio, contudo de forma tecnicista, com o objetivo de formar jovens para o mercado de trabalho. Desta forma desenvolveu-se uma pesquisa com o objetivo de reflexão sobre a Educação Midiática de acordo com as concepções e diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira, contribuindo para a formação integral dos estudantes.

Palavras-chave: *Fake news*. Letramento digital. Ensino.

Abstract

Contemporary capitalism makes a transition from the Fordist regime to the flexible accumulation regime, marked by post-modern culture. The digital-molecular revolution has changed work and interpersonal relationships, now mediated by advanced digital technologies. In this context, fake news and the disinformation industry developed, with commercial and ideological motivations, favoring ultra-conservative discourses. Actions to combat misinformation are developed in the fields of law, communication and education. The BNCC includes Media Education in the new high school curricula, however in a technicist way, with the objective of training young people for the job market. In this way, if one with the objective of reflecting on Media Education in accordance with the concepts and guidelines of Brazilian Professional and Technological Education, the research was developed for the integral formation of students.

Keywords: *Fake news*. Digital literacy. Teaching..

Introdução

A transição capitalista do modelo de produção fordista para o modelo de acumulação flexível, dos anos 1970 até aqui, se desenvolve junto à transição da cultura ocidental moderna para a pós-moderna, na qual impera os individualismos e a produção *just-in-time*, ou seja, por demandas. Nesse contexto, nasceu a revolução digital, ou revolução digital-molecular, também tida como uma terceira etapa da Revolução Industrial, respectivamente, que mudou as relações de trabalho no mundo e as relações interpessoais, agora mediadas essencialmente com o uso de avançadas tecnologias digitais (HARVEY, 1992).

Consolidaram-se também as redes sociais, que enaltecem a participação social em discussões públicas, algo positivo por diversificar as vozes e descentralizar o poder de pauta dos grandes veículos de comunicação. Por outro lado, vimos ascender as *fake news*, fenômeno ancorado no conceito da pós-verdade, pela qual o subjetivismo dos indivíduos se sobrepõe à análise objetiva dos fatos, pondo em cheque a credibilidade da imprensa como mediadora das informações. O conceito de verdade foi relativizado socialmente, favorecendo discursos ultraconservadores e fundamentalistas, baseados mais nas crenças individuais do que na razão (SANTOS, 2019).

O conceito da verdade factual passa a ser, então, relativizado, permitindo o fortalecimento de discursos ultraconservadores e fundamentalistas, baseados mais nas crenças individuais do que na razão. As *fake news*, que não podem ser consideradas uma simples contraposição à verdade, se inserem na chamada indústria da desinformação, abastecida pelo consumo demasiado de notícias deliberadamente enganosas, convertido em receita por meio dos cliques em anúncios digitais. Essas notícias são disseminadas por agências de notícias falsas, criadas para se parecerem com sites jornalísticos conceituados. As motivações das agências são principalmente duas: a comercial, concretizada a partir da comprovação de audiência, com base em cliques, e a ideológica, mediada por relações de poder (ALLCOTT e GENTZKOW, 2017).

O crescimento da indústria da desinformação no mundo demanda cada vez mais estudos e iniciativas capazes de compreender e mitigar seus efeitos na sociedade. O mercado jornalístico, por exemplo, tem criado agências de checagem, cujos principais exemplos no Brasil são a Lupa, a Truco e a Aos Fatos, que investigam e desmentem as notícias falsas disseminadas pelas redes sociais. (SANTOS, 2019) O Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil, por outro lado, abriu em 2021 o inquérito 4781 para investigar uma rede de fake news que busca desestabilizar as instituições democráticas brasileiras.

No âmbito da educação, países como a Finlândia e os Estados Unidos, por exemplo, incluíram a educação midiática em seus currículos básicos. No Brasil, escolas públicas e privadas têm desenvolvido ações pontuais para debater o tema com estudantes. A educação midiática também está prevista na Reforma do Ensino Médio, atendendo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, por lei, deve ser implementada em todas as escolas públicas

do país a partir de 2022. No modelo proposto pela BNCC, a educação midiática é associada ao componente Língua Portuguesa, visando desenvolver a habilidade de decifrar as linguagens e códigos das redes sociais.

A Reforma do Ensino Médio, entretanto, é criticada pela forma como foi implantada, sem ampla discussão acadêmica. Em 2016, foi aprovada por meio da Medida Provisória nº 746, pelo então presidente da República, Michel Temer, logo após o impeachment da presidente eleita Dilma Rousseff. No ano seguinte, foi convertida em Lei. A BNCC e a Reforma do Ensino Médio tiveram apoio público da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e de grandes instituições privadas da área educacional¹. O objetivo da Base Comum, tal como foi aprovado pelo governo, é formar jovens para o mercado de trabalho digital, admitindo a supressão de disciplinas do currículo em vigor, como Filosofia e Sociologia (KUENZER, 2017).

Assim, o modelo de Educação Midiática proposto pela BNCC é limitado ao âmbito técnico, desconsiderando outros aspectos fundamentais para a compreensão da indústria da desinformação em nosso mundo. Este artigo se propõe a questionar esse modelo e pensar em uma Educação Midiática dentro do currículo integrado da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), contribuindo para a formação integral dos estudantes.

Material e métodos

As relações tradicionais de trabalho tais como conhecemos hoje, com oito horas de expediente diário na empresa, em troca de um salário fixo mensal, passam por transformações. Forjadas nos pátios das fábricas automobilísticas europeias no início do século XX, essas relações foram implantadas no Brasil nos anos 1940, marcando a consolidação da Revolução Industrial no país. Ao longo do último século, o regime fordista, como ficou conhecido, determinou o modo de produção e as relações interpessoais nos mais variados setores, com base no modelo industrial de linhas de montagem, especialização do trabalho, fabricação em larga escala e um tempo padrão determinado pelas indústrias para o descanso e o lazer dos trabalhadores. Um modelo que vem entrando em decadência desde os anos 1970, após o período de expansão pós-guerra, gerando uma época de rápidas mudanças, fluidez e incertezas.

Ainda não sabemos se essa é uma mudança transitória e efêmera, como característica natural do sistema capitalista, ou uma transformação profunda na vida político-econômica mundial. Mas os contrastes entre as práticas fordistas e as da atualidade são evidentes. Para David Harvey (1992), é possível falarmos em um período de transição para um novo regime, associado a um distinto sistema de regulamentação político e social. “A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se

¹ Novo Ensino Médio 2022: entenda tudo que muda. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/novo-ensino-medio/>. Acesso em: 02 jan. 2022.

apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1992, p. 140).

Neste período de acumulação flexível, portanto, vemos o enfraquecimento do poder sindical e contratos de trabalho mais flexíveis e precários, com destaque para o fenômeno da uberização. No lugar da especialização, vemos agora a valorização dos trabalhadores capazes de realizar diferentes tarefas. A produção deixa de ser feita em larga escala e passa a ser gerenciada *just in time*, em pequenos lotes, sem estoques e de forma heterogênea, conforme as demandas por nichos. Os dias e horários de descanso também passam a depender do tipo de contrato de trabalho.

Para Harvey, há uma compressão do tempo e do espaço no modo de produzir, refletida também na cultura, na política e na vida social.

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. (HARVEY, 1992, p.148)

Tudo isso mediado pelo uso de novas, e cada vez mais avançadas, tecnologias produtivas. A pós-modernidade abrigou, assim, uma terceira etapa da Revolução Industrial: a Revolução Digital, ou digital-molecular, com produções automatizadas e robôs capazes de atuar no mundo físico e no mundo virtual. Neste cenário, a informação se torna mercadoria de grande valor, elementar para obtenção de lucros, à medida que é essencial para a tomada de decisões rápidas em um ambiente efêmero e competitivo. Uma corporação bem organizada e bem informada tem notórias vantagens competitivas sobre empresas menores.

O acesso à informação, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados. [...] O controle do fluxo de informações e dos veículos de propagação do gosto e da cultura populares também se converteu em arma vital na batalha competitiva. (HARVEY, 1992, p. 151-152)

A mesma lógica corporativa se estende ao espectro político, quando pensamos na ascensão de movimentos ultradireitistas em partes distintas do mundo na última década. Os grupos políticos que primeiro entenderam as novas dinâmicas do ciberespaço conseguiram utilizá-las a seu favor, para imprimir suas pautas e bandeiras. Exemplos como a campanha Brexit, no Reino Unido, a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e de Jair Bolsonaro, no Brasil, mostram como as redes sociais se tornaram importantes campos de disputa da hegemonia, em um mundo capitalista em crise (NEGRI et al, 2019).

É importante lembrar aqui que, se por um lado, a Revolução Industrial representou uma transformação ao globalizar o capitalismo, a revolução tecnológica, por sua vez, não é algo novo. Ela constitui um elemento fundamental da dinâmica do capitalismo desde os seus

primórdios, como refletem Neves e Pronko (2008). O desenvolvimento tecnológico é um elemento estrutural da própria lógica capitalista e um recurso sempre utilizado para a superação das suas crises sistêmicas.

As tecnologias do capital, sejam aquelas dos séculos XIX e XX, sejam agora as digitais, produzem novos tipos de bens e são úteis para abrir novos espaços no mundo. Elas, cada uma em seu contexto, vão encolhendo o globo e reorganizando o capitalismo de acordo com uma nova escala. Por isso, defendem as autoras, a forma mais apropriada de se falar sobre tecnologias, informação e cibernética é com a associação aos estudos sobre o capital. Compreender a dinâmica econômica do tema é também culturalmente revelador.

Conhecimento e crescimento econômico: a corrida contra o relógio

Imaginemos o processo de criação de uma televisão ou celular digital. Eles representam a evolução de tecnologias anteriores, que foram aperfeiçoadas a partir de anos de pesquisas e experimentações. Esses anos de trabalho tiveram um custo que será coberto pela comercialização mundial dos novos aparelhos produzidos. À medida que televisões e celulares digitais se espalham pelo mundo, a nova tecnologia se incorpora às culturas e aumenta a demanda tanto pelos equipamentos já existentes, quanto pelas suas evoluções. É um ciclo de produção que demanda cada vez mais tecnologia e conhecimento. E esta não é uma relação linear.

Isso porque quanto mais complexa é a tecnologia envolvida nesse ciclo, mais complexo também é o caminho entre sua descoberta e sua produção. O processo também se torna dispendioso para quem deseja percorrê-lo. No exemplo das TVs e celulares digitais, para ilustrar, aqueles que primeiro investiram nas pesquisas e experimentações e que realizaram as primeiras descobertas e invenções, protegidos pelos sistemas de patentes e outros mecanismos de controle sobre a propriedade intelectual, tendem a manter a dominação desse tipo de tecnologia e da consequente produção ligada a ela.

Assim, “pesquisa e desenvolvimento” (P&D) são alicerces para o crescimento econômico no atual modelo de capitalismo. O domínio do conhecimento e das tecnologias de informação reforçou a grande vantagem existente entre as ditas economias de mercado desenvolvidas, com ênfase nos Estados Unidos, e aquelas ditas em desenvolvimento, como o Brasil. Na transição do fordismo para a acumulação flexível, essa concentração da produção científica e tecnológica se aprofundou e, diante das rápidas alterações no modo de produção do conhecimento, exige progressivamente maiores recursos para superá-la.

É o que Francisco de Oliveira (2003) chamou de “eterna corrida contra o relógio”, ao comparar o Brasil a um ornitorrinco (animal que conserva características de várias etapas evolutivas, mas que não consolidou nenhuma delas). Uma vez que a matriz da unidade técnico-científica está protegida sob o domínio das grandes potências tecnológicas, restaria às nações periféricas apenas copiar o descartável. E mesmo a acumulação possível a partir

desta cópia do descartável entra em obsolescência acelerada, analisa o autor. Ao contrário da acumulação baseada na Segunda Revolução Industrial, nada sobra da acumulação pelas cópias, o que exige dos países periféricos investimentos sempre além do limite das forças internas de acumulação e os mantém sob a dependência financeira externa.

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as “acumulações primitivas”, tais como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, “acumulação”. (OLIVEIRA, 2003, p. 150)

Dessa forma, a marcha global das mudanças tecnológicas tende sempre a se inclinar aos interesses das nações dominantes e a subordinação financeira leva à cooptação da política pelo capital, pensamento comum entre os autores citados até aqui: Harvey, Oliveira, Neves e Pronko.

Um dos mecanismos dessa cooptação seria a disputa ideológica, por meio da ideia de uma “sociedade da informação” democrática e inclusiva, na qual se deve ampliar o acesso à informação e ao conhecimento. E isso se daria, naturalmente, pelo grande avanço das tecnologias destinadas ao tratamento e transmissão da informação e do conhecimento. Entretanto, tal ideologia ocultaria as relações sociais concretas nas quais esse conhecimento e essas informações se produzem, se processam e se distribuem.

Assim, enquanto no âmbito dos discursos se imprime a ideia da inexorabilidade e das benesses da “era da informação e do conhecimento”, a análise histórica e geopolítica nos mostra que essa diversidade, no plano internacional, oculta relações de hierarquia e dominação, desenhadas no quadro da configuração de um novo imperialismo, incidindo diretamente na definição das políticas nacionais de ciência e tecnologia. (NEVES e PRONKO, 2008, p. 148)

Em relação às políticas de C&T, apontam as autoras, elas confluem para uma inserção subordinada dos países periféricos no capitalismo internacional, caracterizada justamente pela importação e adaptação de tecnologias desenvolvidas nos laboratórios dos países centrais. Na nova divisão internacional do trabalho, essas adaptações podem contribuir com a produção de conhecimento e inovações que, desenvolvidas localmente, possam ser aproveitadas globalmente.

Aí estaria a explicação para a recente ênfase na inovação como eixo das políticas públicas nacionais de C&T no Brasil. E, como essas relações tem sido mediadas pelas práticas e instituições educacionais, aí estaria também a explicação para os esforços do governo federal brasileiro em aprovar a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio, com vistas a implementá-los definitivamente a partir de 2022 nas escolas públicas e privadas do Brasil.

Formação integral na ept: elementos para pensar uma educação midiática para além da BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo, baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), para nortear currículos e propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

Sua implantação é financiada pelo Banco Mundial² e propõe maior integração entre as instituições de ensino e o setor produtivo, sendo aclamada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para promover essa integração, a Base foi estruturada em competências gerais, que os alunos devem desenvolver ao longo de todas as etapas da Educação Básica, e competências específicas de cada área do conhecimento e dos componentes curriculares.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BNCC, 2018, p.25)

Em relação ao Ensino Médio, a Base enfatiza a presença das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) no mundo do trabalho contemporâneo e a necessidade de compreender o funcionamento dessas tecnologias. No componente curricular de Língua Portuguesa, por exemplo, o documento propõe o desenvolvimento de habilidades ligadas ao campo jornalístico-midiático, para, entre outros objetivos, “combater a proliferação de notícias falsas (fake news)” e “adotar atitude crítica em relação ao fenômeno e desenvolver uma postura flexível que permita rever crenças e opiniões quando fatos apurados as contra disserem”. (BNCC, 2018)

Aspectos da BNCC, entretanto, vêm sendo amplamente criticados pela comunidade acadêmica brasileira, notadamente no que se refere à formação técnica e profissional. Uma das principais mudanças propostas pelo documento em relação ao Ensino Médio é a flexibilização curricular, por meio da criação de itinerários formativos, cuja escolha ficaria a critério dos estudantes, a depender da possibilidade de oferta das escolas.

Ao analisar a Reforma do Ensino Médio, Acacia Kuenzer (2017) ressalta o caráter pós-moderno do documento e a relação direta entre a flexibilização curricular e o novo modelo de acumulação flexível experimentado pelo capitalismo contemporâneo. Sendo assim, a autora destaca que:

o discurso da acumulação flexível sobre a educação aponta para a necessidade da formação de profissionais flexíveis, que acompanhem as mudanças tecnológicas decorrentes da dinamicidade da produção científico-tecnológica contemporânea, em vez de profissionais rígidos, que repetem procedimentos memorizados ou recriados por meio da experiência. Para que essa formação flexível seja possível, propõe-se a substituição da formação

² Banco Mundial libera US\$ 10 milhões para apoiar reforma do ensino médio. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/banco-mundial-libera-us-10-milhoes-para-apoiar-reforma-do-ensino-medio>. Acesso em 02 jan. 2022.

especializada, adquirida em cursos de educação profissional e tecnológica, por uma formação mais geral. (KUENZER, 2017, p. 339)

A autora critica o modelo de aprendizagem flexível e o seu afastamento do academicismo, ao reduzir a necessidade de domínio da teoria, “atendo-se, na maioria das vezes, à reprodução de conhecimentos já construídos para o reconhecimento de fatos ou situações comuns, por operações mentais tais como descrição, identificação, indicação”. (KUENZER, 2017) Assim, são raros nesse modelo flexível os “exercícios que demandam operações mentais mais complexas, como”, entre outros, “avaliar, criticar, criar soluções para situações inéditas, solucionar casos complexos que ensejam múltiplas respostas”. (KUENZER, 2017)

Ainda para Kuenzer (2017), há uma “superficialização do processo educativo, reduzindo-se o conhecimento a narrativas sobre as atividades cotidianas”. Dessa forma, segue a autora, quando a afirmação do conhecimento resulta do confronto de discursos em vez da relação entre teoria e prática, a concepção de práxis é derrubada. Em seu lugar, predominam o presentismo e o pragmatismo, duas dimensões do pós-modernismo que alimentam o consumo e a lógica mercantil. Nesse ponto, o pensamento de Kuenzer (2017) converge com a análise de Neves e Pronko (2008) sobre a influência do capital sobre as políticas públicas nos países em desenvolvimento.

O programa do Banco Mundial para a educação nesses países, apontam as autoras, objetiva sua inserção subordinada na “nova aldeia global do conhecimento” e se baseia em dois pilares: a educação básica generalizada e uma educação terciária massificada e estratificada. Entre os dois pilares, as políticas públicas defendem um processo de educação continuada, com o objetivo de manter a força de trabalho atualizada e adaptada ao constante processo de mudanças tecnológicas. Desta forma, de acordo com Neves e Pronko (2008) é importante movimentar-se em um processo de educação continuada, capaz de atualizar a força de trabalho na adaptação ao constante processo de revolução tecnológica, sendo assim, é enfatizado pelas referidas autoras:

mais educação e mais mercado parecem resumir a fórmula do desenvolvimento, pelo menos no que diz respeito à adaptação local ou ao consumo de tecnologia e de conhecimento. [...] Nesse sentido, trata-se de uma educação “aberta à inovação e ao conhecimento”, capaz de fornecer as bases tanto da adaptação tecnológica que permite o constante aumento da produtividade capitalista quanto da manutenção de um ordenamento social considerado como dado. (NEVES e PRONKO, 2008, p.156)

Dessa forma, argumentam, o Estado brasileiro busca se utilizar do aparato escolar e de estratégias educadoras com vistas ao conformismo no cotidiano social.

O modelo educacional proposto pela BNCC, seguindo o raciocínio, se opõe radicalmente ao modelo de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) vigente no Brasil na última década, estruturado a partir do potencial dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia de permitir que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico.

Pela concepção e diretrizes da EPT brasileira de 2010, os institutos federais têm como foco “a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias”. (MEC, 2022) Embora busquem responder de forma ágil às demandas crescentes por formação profissional, devem ter também “estrito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador” (MEC, 2022), por meio da combinação do ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sem ignorar o cenário da produção, tendo o trabalho como seu elemento constituinte, propõem uma educação em que o domínio intelectual da tecnologia, a partir da cultura, firma-se. Isto significa dizer que as propostas de formação estariam contemplando os fundamentos, princípios científicos e linguagens das diversas tecnologias que caracterizam o processo de trabalho contemporâneo, considerados em sua historicidade. (MEC, 2022, p. 33)

Considerando tais diretrizes, portanto, não se pode esperar que o objetivo primordial da educação profissional no Brasil seja formar trabalhadores apenas para ocupar postos de trabalho. Antes e acima disto, espera-se que os trabalhadores formados na EPT desenvolvam uma visão crítica sobre o mundo e sejam capazes de fazer escolhas autônomas dentro dele.

Conclusão

A revisão da literatura apresentada nos itens anteriores evidencia a estreita ligação existente entre o modelo de educação básica proposto pela BNCC e o mercado de trabalho contemporâneo, marcado pela revolução digital-molecular e as tecnologias digitais de informação e comunicação. Para os autores citados, trata-se de um novo regime de acumulação do capitalismo mundial, a “acumulação flexível”, caracterizada pelas marcas pós-modernas da individualização e da flexibilização.

Neste novo regime, há uma “corrida contra o relógio” nas nações periféricas (os países em desenvolvimento), que não conseguem acompanhar a evolução tecnológica dos países centrais do capitalismo (desenvolvidos), gerando um ciclo de subordinação ao capital financeiro internacional. Tal subordinação se reflete na elaboração de políticas públicas tanto para a ciência e tecnologia, quanto para a educação, de forma a perpetuar as relações econômicas e preparar as novas gerações de trabalhadores para a indústria digital.

A BNCC foi elaborada nesse contexto, com uma proposta de educação midiática associada ao componente curricular de Língua Portuguesa. Com base na BNCC, uma série de iniciativas foi desenvolvida no Brasil, com o intuito de oferecer educação midiática a estudantes do ensino básico e combater o fenômeno das *fake news* e a indústria da desinformação.

Algumas das principais iniciativas até agora são patrocinadas por multinacionais gigantes da tecnologia, as big techs, com sede nos Estados Unidos, como Facebook (projeto Vaza Falsiane!³) e Google (projeto Educa Mídia⁴). Tais iniciativas, assim como a BNCC, oferecem elementos para a compreensão do funcionamento das mídias digitais e redes sociais, bem como para analisar o fenômeno da pós-verdade, caracterizado pela sobreposição das crenças pessoais em detrimento dos fatos. Nenhuma delas, entretanto, inclui reflexões críticas sobre o domínio dessas tecnologias por um grupo reduzido de empresas estadunidenses e as consequências socioeconômicas desta situação para o Brasil. Essa ausência é compreensível nos cursos livres oferecidos pelas empresas, mas é questionável no documento que serve como base comum à Educação Básica brasileira, a BNCC.

O país, assim, atrofia as possibilidades, oferecidas pela escolarização, de construção de projetos educacionais e sociais contra hegemônicos, pelas forças políticas que vêm na formação para o trabalho simples e para o trabalho complexo uma possibilidade transformadora das relações sociais vigentes. (NEVES e PRONKO, 2008, p.185)

A BNCC e sua proposta de educação midiática, assim, acaba por divergir da concepção de Educação Profissional e Técnica (EPT) de 2010, que busca garantir aos atuais e futuros trabalhadores o direito a uma formação humana completa. Uma formação integral que incluía, além da compreensão do funcionamento das tecnologias, também elementos para a leitura do mundo em todas as suas dimensões, permitindo, então, autonomia para a tomada de decisões e para a atuação social e política. Afinal, como escreveu o educador brasileiro Paulo Freire (2011), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”.

Referências

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 **Election**. **Journal of economic perspectives**, Pittsburgh, vol. 31, n. 2, p. 211-236, Spring 2017. Disponível em: <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.31.2.211>. Acesso em 31 mar. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

MEC. **Concepção e diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica**. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-

³ Vaza, Falsiane! (Portal Institucional). Disponível em: <https://vazafalsiane.com/sobre/>.

⁴ Instituto Palavra Aberta (Portal Institucional). Disponível em: <https://educamidia.org.br/quem-somos>. Acesso em 02 jan. 2022.

pdf&Itemid=30192#:~:text=Nesse%20sentido%2C%20a%20concep%C3%A7%C3%A3o%20de,cient%C3%ADfica%20como%20dimens%C3%B5es%20essenciais%20%C3%A0. Acesso em 31 mar. 2022.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez Editora, 51ª ed, 2011.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 25ª ed, 1992.

KUENZER, Acacia. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, abr.-jun., 2017, p.331-354.

NEGRI, Camilo; IGREJA, Rebecca Lemos; PINTO, Simone Rodrigues. **Aconteceu também no Brasil:** a captura das redes de esperança pela extrema direita. Cahiers desAmériques latines, Paris, n.92 | 2019/3, p. 1-22. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cal.9889>. Acesso em 31 mar. 2022.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado:** da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Kássia Nobre dos. **Em busca da credibilidade perdida:** a rede de investigação jornalística na era das fake news. Belo Horizonte: Letramento, 2019.